

A TITULO DE EXEMPLO

(Especial para o "Correio do Povo")

GUSTAVO CORÇÃO

4/9/58

Não podia desejar um exemplo mais ilustrativo das idéias que ultimamente tenho defendido do que o episódio ocorrido no Departamento de Educação do Estado de São Paulo. O caso começou pela publicação de um excelente artigo do sr. Manoel Rodrigues Ferreira na "Gazeta" de São Paulo e depois transcrito na "Voz de Portugal". Nesse artigo, intitulado "Um lamentável Programa de História do Brasil", o autor começa por dizer que "o programa oficial das escolas primárias de São Paulo não determina que nossas crianças aprendam História do Brasil, mas sim que elas aprendam a odiar Portugal e o povo português"; e prova-o transcrevendo trechos do referido programa, que é obrigatório em todas as escolas primárias e que foi elaborado pelo Departamento de Educação do Estado de São Paulo. Eis aqui uma amostra: "Poderá (o professor) terminar (a aula) chamando a atenção dos alunos para: a inveja que as descobertas das minas despertou, as rivalidades que surgiram entre paulistas e portugueses; a cobiça e as injustiças de Portugal e dos governadores; a luta sangrenta, entre paulistas e portugueses) as consequências dessa luta (ódio entre paulistas e portugueses). Mais adiante lemos: "Sem entrar em minúcias (que ficam para o quinto ano) poderá (o professor) entretanto avivar o interesse, entusiasmo e patriotismo dos alunos dizendo: que Portugal tentava, sempre, expulsar os invasores (holandeses,) mas que foram os brasileiros que conseguiram, com enormes sacrifícios, expulsar os holandeses, que eram formidáveis, de seu território; que dessas invasões surgiu o patriotismo brasileiro, despertando a nacionalidade; que até então, a brasilidade estava adormecida, tal a quantidade e variedade de estrangeiros que aqui vinham; que embora nascidos aqui os brasileiros filhos de estrangeiros consideravam-se estrangeiros, etc." E ainda este outro trecho: "As injustiças e perseguições dos portugueses contra os brasileiros, os monopólios, etc. (o professor) pintando e sentindo a situação da colônia oprimida naquela época (1789), a angústia por não poder entregar ao rei, anualmente, 100 arrobas de ouro, a ameaça dos impostos atrasados, "fará os alunos vibrarem ante a indignação dos brasileiros," justificando sua revolta."

Sem falar na qualidade da redação, observemos que esse programa, ou diretriz, não se contenta com a indicação do programa e a recomendação do método. Indo muito mais longe, inculca uma interpretação obliterada, intencionalmente distorcida e mutilada, por onde se vê que o Departamento de Educação de S. Paulo se julga autorizado a ditar uma filosofia da história, e que, firmado nesse aberrante postulado, dita uma interpretação inspirada no ódio e alimentada pela superstição que vê uma intrínseca maldade nos processos do colonialismo. Sabemos que a colonização portuguesa no Brasil, como a inglesa na África e na Ásia, cometeu erros graves; mas também sabemos que a própria nacionalidade brasileira nasceu desta colonização, e só poderia nascer dela ou de outra. A nacionalidade brasileira não foi invadida, não foi vencida ou dominada por uma nação mais forte; "foi feita" pela colonização portuguesa. E se esta coisa — a nacionalidade brasileira tal como se apresenta na concretização histórica — é tão importante, tão sublime, tão sagrada, então é mister reconhecer que entre os desacertos os portugueses nos deixaram uma coisa que só eles podiam deixar. Não sabemos dizer, entre tantos disparates, qual é o erro mais grave do Departamento de Educação. Não sabemos se é a insolente tirania intelectual, que pretende inculcar uma filosofia da história oficial, como na Rússia, deixando os meninos paulistas à merce das idéias de um funcionário imbecil ou sádico; ou se é a própria maldade, o vício moral que se compraz nas lições de ódio e na alimentação dos ressentimentos. Mas prossigamos o relato dos acontecimentos.

Depois da publicação do salutar artigo do sr. Manoel Rodrigues Ferreira, a "Voz de Portugal" organizou uma Delegação para procurar o Governador de São Paulo, a fim de pedir-lhe providências, no sentido de evitar que sejam incutidas, no espírito das crianças brasileiras, malquerenças contra os portugueses. Não nutro nenhuma simpatia especial por esse órgão da imprensa que ainda recentemente estampava a saudação do Almirante Américo Tomás aos portugueses do Brasil. Acho até que o por-

ta-voz de um regime totalitário, que também dita ao seu povo as normas imbecis que passam pela cabeça de seus tiranos, não tem razão de estranhar o fato, e não tem razão de se queixar das diretrizes inventadas por um totalitário paulista. Apesar disso, entretanto, foi boa a intervenção do órgão salazarista, porque nos deu uma excelente ocasião de apreciar o discernimento do Governador de São Paulo. Procurado pela tal delegação, o sr. Jânio Quadros enviou, sem maiores delongas, a seguinte instrução à Secretaria da Educação: "Palácio do Governo. Educação. Professor Alípio: 1) Em quarenta e oito horas, sem qualquer prorrogação, extirpar do programa oficial do ensino de História o trecho transcrito pela Voz de Portugal; 2) Devolver ao meu gabinete, cumprido. Desejo saber, ainda, no mesmo prazo, quais os autores desse programa. (a.) Jânio Quadros."

São Paulo está de parabéns. Não vejo outro homem público, entre os que formam a cúpula do país tão pronta e cabal prova de sensibilidade democrática e humanística. Pela rapidez da decisão e pela severidade do tom, vê-se que o Governador se litu na própria pele a ofensa que vinha sendo feita aos meninos de São Paulo e não somente a indelicadeza com que vinha sendo tratada a colônia portuguesa.

Mas agora, prestada ao bom Governador a justa homenagem, levemos um pouco mais longe a exigência do humanismo e da democracia. Não basta extirpar esta ou aquela passagem. O erro em questão não é verruga que se corte, é cancer instalado. Não basta cancelar os tópicos que desagradaram à "Voz de Portugal"; é preciso dar satisfação mais completa aos direitos do homem, à inteligência do homem que sofre com a organização totalitária do ensino; é preciso, em suma, atender à voz difusa, aos implícitos apelos que devem merecer dos bons governos a máxima solicitude. Aproveitemos o acontecimento para evidenciar a insolência oficial do regime educativo que não se contenta com o prescrever normas exteriores dos mecanismos escolares, e que pretende oficializar uma filosofia da história, como se ao Estado competisse decretar os caminhos da ciência e da pesquisa. Além disso cumpre assinalar as deformações que estão na base daquela brasilidade apregoada em termos de ódio e de ressentimento. Não compete ao Estado decretar interpretações da história e conclusões da genética, mas compete promover, incentivar, o espírito de paz e de concordia, o sentimento de vigilância construtiva dos valores pátrios despidos de ressentimentos e de queixas estéreis. Não pretendo, de modo algum, recomendar um programa diplomático, que evite protestos das chancelarias, ou que silencie, em favor da operação Pan-americana, ou de alguma reunião de cúpula, os erros e as queixas que todos os povos têm, uns dos outros, como todas as pessoas também os têm, umas das outras. O que venho dizendo há tanto tempo — há mil anos segundo me parece — é que a exasperação do ressentimento não é resposta adequada aos erros e às ofensas recebidas; e também que há boa dose de tolice em atribuir continuidade de responsabilidade moral às nações, como se fossem hipostasias, isto é, como se as nações tivessem substancial continuidade e devessem responder como pessoas.

E' duplo o erro cometido naquele programa. O primeiro é o da usurpação de um direito pelo Estado. Aos sábios, aos pesquisadores, aos professores de História cabe a tarefa de ensinar e o direito de interpretar. Se erram, o erro fica adstrito aos poucos metros quadrados de seu instituto, e ficam sujeitos à sanção das famílias. O erro estatizado, ao contrário, cobre milhões de quilômetros quadrados e foge às justas represálias. A cultura, meus senhores, não pode ser oficializada. A poesia não pode ser feita por de-

creto. A matemática não progrediu por intervenções dos gabinetes de governo. A cultura tem de ser promovida na sociedade pelos diversos grupos, pela ação diversificada das diversas tendências que mutuamente se compensam e se corrigem. O segundo erro praticado por aquele instrumento, e talvez o mais grave, do que o da usurpação, é o do descumprimento daquilo que é a específica função dos governos. O programa fomenta ressentimentos. Dá às crianças o pior veneno que hoje se destila no Brasil. Ora, governar é pôr em jogo sentimentos, e virtudes construtivas. No caso dos países, subdesenvolvidos, é usar toda a prudência para não permitir que a pobreza se transforme em ódio, em sinal de egoísmo ferido, porque o ressentimento, embora pareça estimulante, é na verdade uma droga esterilizante para as obras de maior alcance. Governar é promover o bem comum, é despertar o gosto pelo trabalho, é valorizar o mérito, é incentivar as boas obras: é em suma efetuar a mobilização daquilo que há de melhor num povo, e não estimular a fermentação de seus complexos. E' a tal coisa! Temos sempre de clamar para que os governos façam duas coisas: que cuidem melhor daquilo que lhes compete, e que não se metam no que não é de sua conta.